

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
QUARTEL DO COMANDO GERAL
ESTADO-MAIOR GERAL
1.ª SEÇÃO

Publicado:
BG nº 75 , de 22abr2005.

**REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE PRAÇAS DO CBMDF -
PORTARIA - APROVAÇÃO**

Portaria n.º 9, de 20 de 2005.

Aprova o Regimento Interno da Comissão de Promoções de Praças, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na forma que menciona.

O COMANDANTE-GERAL, no uso da competência que lhe confere o art. 9º da Lei n.º 8.255, de 20 nov. 91 (LOB); combinado com os incisos II e VII do art. 47 do Decreto n.º 16.036, de 4 nov. 94 (Reg. da LOB), e, ainda,

Considerando a proposta apresentada pela Comissão de Promoções de Praças - CPP , resolve:

Aprovar, o Regimento Interno da Comissão de Promoções de Praças – CPP, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, na forma que se segue abaixo.

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Este Regimento regulamenta a organização, a competência e as atribuições da Comissão de Promoções de Praças - CPP, do CBMDF, bem como o processo, os ritos, os procedimentos e os julgamentos dos feitos conferidos pelo Regulamento de Promoções de Praças, aprovado pelo Decreto n.º 10.174, de 10 mar. 87, alterado pelos Decretos n.ºs 20.457, de 29 jul. 99 e 24.024, de 5 set. 2003.

**CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO**

Art. 2º. A CPP, tem sede no Quartel do Comando-Geral do CBMDF, é composta por um Presidente, que é o Chefe do Estado-Maior Geral e Subcomandante do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; por três Membros Natos que são o Diretor de Pessoal, o Chefe da 1ª Seção do Estado-Maior Geral e o Chefe da Seção de Movimentação e Promoções da Diretoria de Pessoal; por dois Membros Efetivos que são Oficiais Intermediários designados, por um período de um ano, pelo Comandante-Geral da Corporação, podendo, a critério da autoridade designante, serem reconduzidos

por igual período e, por um Oficial Subalterno do Quadro de Oficiais BM de Administração, que exercerá a função de Secretário.

§ 1º Não poderá ser Membro Nato, Efetivo e Secretário da Comissão de Promoções de Praças, o oficial que incidir em qualquer das situações, abaixo relacionadas:

- I - estiver indiciado em Inquérito Policial Militar;
- II - estiver submetido a Conselho de Justificação ou de Justiça;
- III - for preso em flagrante delito;
- IV - for denunciado em processo crime, enquanto a sentença final não transitar em julgado.

§ 2º Os Membros Natos, Efetivos e o Secretário da CPP que incidirem em qualquer das situações previstas no parágrafo anterior serão imediatamente destituídos e substituídos por outro.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO

Art. 3º. Compete a CPP, além do disposto no artigo 67 do Regulamento de Promoções de Praças do CBMDF, o seguinte:

- I – reunir-se, ordinariamente ou extraordinariamente, no local, dia e hora previamente estabelecidos pelo Presidente da CPP, publicados em BG da Corporação;
- II – pautar os seus atos, feitos, processos e julgamento observando estritamente os preceitos legais estabelecidos nas normas que regem a matéria;
- III – processar as promoções das praças;
- IV – decidir sobre o critério de votação a ser adotado para cada assunto a ser deliberado;
- V – receber e instruir os recursos interpostos em razão da fixação das faixas dos Limites Quantitativos de Antiguidade, da constituição dos Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Merecimento (QAM), da confecção das fichas de promoções, do processamento das promoções e de outras situações afins que tenham sido encaminhadas pelo Comandante-Geral;
- VI – conhecer, analisar e decidir sobre os assuntos constantes da pauta objeto de deliberação da reunião;
- VII – assessorar o Comandante-Geral nas decisões sobre os recursos interpostos em razão da fixação das faixas dos Limites Quantitativos de Antiguidade e da constituição dos Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Merecimento (QAM) ou ainda das promoções;
- VIII – fiscalizar a obediência, o respeito e o cumprimento do que for decidido pela CPP;
- IX – denunciar ao Comandante-Geral e dele solicitar responsabilidades sobre desvios, desrespeitos ou violações nas decisões havidas;
- X – analisar, conferir e fiscalizar os trabalhos elaborados pela Secretaria da CPP;
- XI – solicitar informações complementares a qualquer órgão da Corporação que visem auxiliar na instrução dos processos administrativos;
- XII – impugnar documentos e provas que ensejam dúvidas ou que contenham indícios de fraudes;
- XIII – atender aos princípios da legalidade, supremacia do interesse público, impessoalidade, publicidade, moralidade, razoabilidade, motivação, eficiência e celeridade nos atos e decisões;
- XIV – decidir, por maioria dos votos, os recursos que lhes sejam apresentados em decorrência de suas atribuições;

XV – ouvir a leitura da Ata da reunião anterior pelo Secretário da CPP e assinar a Ata da reunião correspondente;

XVI - manter-se reunida ininterruptamente, exceto em caso fortuito ou de força maior, desde a abertura até o encerramento da reunião, depois de esgotados os assuntos contidos na pauta;

XVII - reconhecer de ofício e retificar eventuais falhas havidas nos processos de promoções, podendo, inclusive, reconhecer direitos preteridos observadas as prescrições legais;

XVIII - formular o cômputo e estabelecer o número de vagas existentes e em decorrência de promoções a serem processadas.

CAPÍTULO IV DO PRESIDENTE DA COMISSÃO

Art. 4º. O Chefe do Estado-Maior Geral e Subcomandante do CBMDF, cumulativamente com as funções do cargo, exerce a Presidência da CPP, de acordo com o que dispõe o art. 19 do Regulamento de Promoções de Praças.

Parágrafo único. Quando a presidência da CPP for exercida pelo Chefe do Estado-Maior Geral e Subcomandante, interino ou em exercício, e sendo este o Diretor de Pessoal ou quaisquer dos demais membros natos, não poderá este votar como membro.

Art. 5º. Compete ao Presidente da CPP, além do que dispuser a legislação pertinente às promoções de praças, o seguinte:

I - receber os recursos referentes às promoções de praças, após o despacho do Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral do CBMDF;

II - verificar se o Chefe imediato do requerente opinou favoravelmente ou não, devidamente fundamentado na legislação vigente, levando em consideração o Ato Administrativo que prejudicou o direito do requerente;

III - encaminhar os recursos ao Secretário da CPP, para que o mesmo prepare o expediente a ser submetido à apreciação da CPP;

IV - encaminhar o resultado dos recursos deliberados pela CPP ao Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral do CBMDF, para a decisão final;

V - aprovar previamente a pauta das reuniões;

VI - convocar e presidir as reuniões, determinando a execução das resoluções aprovadas;

VII - comparecer a reunião no dia, hora e local previamente estabelecido e publicado em BG da Corporação;

VIII - abrir as reuniões, conduzir e dirigir os trabalhos da CPP;

IX - receber, analisar e distribuir aos membros natos e efetivos os documentos, processos, recursos ou requerimentos que lhe forem remetidos;

X - designar um dos membros natos ou efetivos para ser relator dos requerimentos encaminhados à apreciação e deliberação da Comissão de Promoções de Praças;

XI - cumprir e fazer cumprir as normas legais que dispõem sobre as promoções de praças do CBMDF;

XII - portar-se com isenção perante a votação dos membros da CPP;

XIII - decidir, por meio do voto de qualidade, quando houver empate na votação;

XIV - estabelecer métodos, diretrizes e prioridades nos trabalhos da CPP;

XV - fiscalizar, controlar e orientar os trabalhos da CPP;

XVI - praticar os atos administrativos decorrentes de sua investidura;

XVII - assinar a Ata das Reuniões, a fixação das faixas dos Limites Quantitativos de Antiguidade (LQA), a constituição dos Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Merecimento (QAM), Quadro de Vagas e demais documentos elaborados pela Comissão, juntamente com os membros e o Secretário;

XVIII - mandar publicar em BG, conforme o caso, o resultado das decisões da Comissão, observando os prazos legais;

XIX - suspender temporariamente as reuniões, caso seja requerido pela Comissão, para realização de diligências ou busca, com o intuito de melhor instruir ou esclarecer dúvida sobre a matéria em deliberação;

XX - representar a Comissão perante as autoridades administrativas ou judiciárias;

XXI – declarar encerrada a reunião após a conclusão de seus trabalhos;

CAPÍTULO V DOS MEMBROS DA COMISSÃO

Art. 6º. Compete aos membros da CPP, além do que dispuser a legislação pertinente às promoções de praças, o seguinte:

I - comparecer a reunião no dia, hora e local previamente estabelecido pelo presidente da CPP e publicado em BG;

II - receber, analisar, discutir, propor solução e votar os assuntos que lhes forem distribuídos pelo presidente da CPP, bem como todos assuntos que lhes sejam submetidos para apreciação em decorrência da pauta da reunião;

III - cumprir as normas legais que disciplinam os critérios e o processo de promoções das praças do CBMDF, bem como as diretrizes do presidente da CPP;

IV - emitir informações analíticas sobre documentos conforme necessidade ou por designação do presidente da CPP;

V - declarar-se suspeito ou impedido, quando for o caso;

VI - propugnar pelo respeito, harmonia, camaradagem e urbanidade entre si;

VII - votar livremente pela melhor solução ou deliberação dos assuntos que lhes forem apresentados;

VIII - analisar com seriedade, lisura e isenção os méritos das praças habilitadas ao ingresso nos Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Merecimento (QAM);

IX - ser ético e discreto quanto aos assuntos avaliados e deliberados pela CPP, zelando pela preservação do sigilo;

X - pedir esclarecimentos ou solicitar documentos aos titulares dos órgãos de Direção, Apoio e Execução a qual o requerente estiver subordinado, que possam sanar dúvidas ou que auxiliem sua convicção e formação de opinião;

XI - fiscalizar e conferir os processos, documentos e informações produzidos pela Secretaria da CPP;

XII - propor soluções ou procurar elementos de convicção para os problemas havidos em decorrência de decisões da CPP;

XIII - denunciar ao presidente da CPP irregularidades, fraudes ou descumprimento das decisões aprovadas na reunião;

XIV - assinar as fichas de Promoções, a fixação das faixas do Limites Quantitativos de Antiguidade (LQA), a constituição dos Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Merecimento (QAM), o Quadro de Vagas, Instruções, entre outros, bem como rubricar a Ata da reunião, se

concordar com seu conteúdo e com o que foi decidido, ou, ainda, impugná-la, se houver motivo justificado;

XV - evitar tratar de assuntos estranhos ao da pauta, quando em reunião;

XVI - manter-se reunido até o Presidente da CPP considerar encerrada a reunião.

CAPÍTULO VI DA SECRETARIA DA COMISSÃO

Art. 7º. A Secretaria da CPP do CBMDF, é secretariada por um oficial subalterno do Quadro de Oficiais de Administração, a qual funciona como um órgão de apoio e assessoramento, responsável pelo expediente, elaboração e guarda dos processos constituídos e documentos pertinentes à referida Comissão, competindo-lhe:

I - cumprir e zelar para que sejam cumpridos todos os preceitos legais pertinentes a prazos, exigências, processos, julgamento e feitos da CPP, previstos no Regulamento de Promoções de Praças e neste Regimento Interno;

II - assessorar a Comissão dando-lhe o suporte técnico, administrativo e executivo necessário ao seu perfeito funcionamento;

III - funcionar, ininterruptamente, nos dias e horários em que houver expediente administrativo na Corporação, salvo quando determinado pelo Presidente da CPP;

IV - receber e encaminhar ao Presidente da CPP os documentos, requerimentos e recursos que forem apresentados por praças;

V - executar as decisões da CPP aprovadas nas reuniões;

VI - expedir certidões ou outros documentos que tenham sido requeridos por legítimos interessados e despachados, previamente, pelo Comandante-Geral ou pelo presidente da CPP;

VII - adotar medidas necessárias ao funcionamento da Secretaria da CPP;

VIII - manter guardado e em segurança o acervo, fontes de direito, documentação, arquivo e demais bens patrimoniais que lhe forem distribuídos;

IX - estabelecer-se em local que for determinado pelo presidente da CPP, de acordo com as disponibilidades de instalações, consideradas as necessidades de serviço.

CAPÍTULO VII DO SECRETÁRIO

Art. 8º - O Secretário da CPP é um oficial subalterno do Quadro de Oficiais de Administração.

Art. 9º - Compete ao Secretário da CPP, além do que dispuser o Regulamento de Promoções de Praças BM do CBMDF, o seguinte:

I - exercer a administração da Secretaria da CPP, com eficiência, probidade e zelo;

II - adotar todas as providências necessárias ao bom desempenho dos encargos afetos à Secretaria da CPP;

III - cumprir e fazer cumprir os preceitos legais, regulamentares e regimentais referentes aos processamentos das promoções e de outros assuntos inerentes às competências e atribuições da CPP;

IV - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias que forem convocadas pelo presidente da CPP;

V - adotar providências necessárias ao funcionamento da Secretaria da CPP;

- VI - organizar o Quadro de Atividades e o cronograma dos trabalhos da CPP;
- VII - adotar, no âmbito de sua competência, as providências necessárias à guarda, à segurança de documentos, processos e acervos referentes às promoções;
- VIII - despachar, com o presidente da CPP os documentos relativos a CPP;
- IX - preparar a documentação referente à fixação das faixas dos Limites Quantitativos de Antiguidade, da constituição dos Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Merecimento (QAM) e do cômputo das Vagas e demais expedientes necessários a concretização dos mesmos;
- X - remeter aos membros da Comissão, conforme despacho do Presidente, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do horário previsto para a reunião, os documentos e/ou processos que devam nela ser analisados;
- XI - assinar toda a documentação elaborada pela CPP;
- XII - identificar e informar à Comissão possíveis falhas havidas nas decisões ou na elaboração de documentos e/ou processos, apresentando a solução para a retificação, bem como os procedimentos a serem adotados para tal;
- XIII - controlar o recebimento das Fichas de Conceitos dos Sargentos enviadas à Secretaria da CPP pelas autoridades previstas no artigo 61, do Regulamento de Promoções de Praças do CBMDF, bem como os documentos que devam ser preenchidos ou informados, observando os prazos e o grau de sigilo previstos em Lei;
- XIV - lavrar a Ata da reunião, nela fazendo constar todos os assuntos tratados e as deliberações da CPP;
- XV - propor ao presidente da CPP, quando houver motivo justificante, reuniões extraordinárias da CPP;
- XVI - solicitar ao presidente da CPP o apoio logístico necessário ao funcionamento da Secretaria da CPP;
- XVII - preservar o grau de sigilo dos assuntos, documentos e deliberações da CPP BM;
- XVIII - praticar todos os atos que, embora não contemplados neste Regimento, sejam necessários e indispensáveis ao desempenho de suas atribuições.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A CPP reunir-se-á, ordinária ou extraordinariamente, para conhecer e deliberar sobre os assuntos contidos na pauta.

Art. 11. A CPP reunir-se-á sempre com a totalidade de seus integrantes, convocados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo por motivo relevante poder-se-á justificar a ausência de qualquer membro aos trabalhos da CPP ;

§ 1º - Aberta a reunião e constatado o impedimento ou suspeição de quaisquer de seus membros natos ou efetivos, esta será suspensa para imediata designação de outro membro pelo Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral do CBMDF, voltando a se reunir em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º - As reuniões serão excepcionalmente interrompidas sempre que houver necessidade de serem realizadas diligências ou buscas necessárias e indispensáveis ao esclarecimento para formação de juízo e de julgamento.

Art. 12. É vedado, nas reuniões, tratar de assuntos estranhos à pauta respectiva.

Art. 13. É dever de todos os integrantes da CPP desenvolver, fortalecer e preservar a ética, os princípios da moral e os bons costumes entre os seus integrantes, buscando sempre o respeito, a harmonia, a camaradagem e a urbanidade entre si.

Art. 14. A CPP decidirá e deliberará sempre por maioria de votos de seus membros.

Parágrafo único - O voto deverá ser aberto e declarado.

Art. 15. O oficial integrante da CPP que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião para a qual foi convocado deverá, indispensavelmente, informar ao presidente, alegando os motivos.

Parágrafo único - Constituirá falta de exação no cumprimento do dever, portanto, sujeito às penas da lei e/ou às sanções disciplinares, os ardis e as falsas declarações prestadas pelo oficial para eximir-se do encargo.

Art. 16. Caberá à Diretoria de Pessoal apoiar a CPP, no que for necessário, de forma a viabilizar o seu pleno funcionamento.

Art. 17. A CPP reunir-se-á sempre no horário de expediente da Corporação.

Parágrafo único. Se o expediente administrativo da Corporação encerrar-se e a CPP não houver concluído os trabalhos nem esgotado a pauta, a reunião será interrompida, e seus membros deverão se reunir no primeiro horário do expediente administrativo do dia seguinte.

Art. 18. A Secretaria da CPP manterá um livro brochura, enumerado e formalmente aberto, destinado ao registro das Atas das reuniões, denominado Livro de Atas.

§1º - Nas Atas, deverão constar data, local, hora, finalidade, assuntos tratados, deliberações das reuniões, bem como o registro das presenças e/ou ausências, devendo ser rubricadas pelos integrantes.

§2º - As Atas serão transcritas e impressas em formato próprio e, após serem assinadas por todos os integrantes, comporão os processos a que se destinam.

Art. 19. A Secretaria da CPP solicitará à Diretoria de Pessoal a relação dos praças integrantes dos Limites Quantitativos de Antiguidade, que estão impedidos de compor os Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Merecimento (QAM), por incidirem nas restrições estabelecidas no Regulamento de Promoções de Praças.

Art. 20. O Diretor de Pessoal, o Diretor de Ensino e Instrução e o Diretor de Saúde emitirão os conceitos dos militares adidos às suas respectivas Diretorias.

Art. 21. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão estudados pela CPP, por deliberação da maioria de seus membros.

Art. 22. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 20 de abril de 2005.

148º do CBMDF e 45º de Brasília

SOSSÍGENES DE OLIVEIRA FILHO – CEL QOBM/Comb.

Comandante-Geral